

China: vence o desafio sobre o petróleo iraniano

por Alberto Forchielli*



Após a imposição de sanções por parte dos Estados Unidos, as exportações iranianas de petróleo caíram 2,5 milhões de barris por dia em 2011 para o nível atual de 1,5. A redução é pesada para Teerão (que não tem grandes capacidades de refinação) que tem vindo a ver deteriorar-se, com a flexão das receitas em dólares, o valor da sua moeda. Em dezembro passado, uma lei de Washington impôs restrições severas sobre os bancos dos países importadores de petróleo iraniano. Seriam excluídos do acesso ao sistema

dos EUA se os seus países não reduzissem significativamente as compras de petróleo a partir de Teerão. O objetivo era levar recursos para o temido programa nuclear iraniano. Desde então, algumas exceções foram implementadas.

Houve uma inicial isenção das medidas para 10 países europeus (incluindo a Itália) e o Japão, em Junho passado foram adicionadas Índia, Malásia, Coreia do Sul, Taiwan, Sri Lanka, Turquia, África do Sul e Taiwan. A inclusão deste último e a exclusão de China revigorou a posição mais abertamente hostil a Pequim, presente na fila da Administração Obama e em todo o Partido Republicano. Numa repentina, mas não surpreendente mudança de direção, os EUA sempre incluíram a China nos meses anteriores - juntamente com Singapura - na lista de países não sujeitos a sanções. A redução das importações chinesas de Teerão no primeiro semestre foi determinante. Hillary Clinton disse com satisfação: "Vinte economias mundiais não estarão sujeitas a sanções. A sua ação coletiva é uma clara demonstração a Teerão que a contínua violação por parte do Irão das suas obrigações no foro nuclear realiza-se a preço de enormes custos económicos".

Mesmo Pequim está satisfeita, tanto pelo resultado concreto quer pela confirmação indireta de que o sistema de sanções é ineficaz. As declarações oficiais transparecem claramente uma situação mais complexa. As reduções nas importações chinesas deram origem à medida do Departamento de Estado - devem-se às negociações entre Pequim e Teerão que visam a redução do preço do petróleo bruto. Além disso, o Irão aceitou o pagamento em renminbi e outros bens. Washington, ficou satisfeita porque a moeda chinesa não é livremente convertível e não produz aquisições perigosas da parte do Irão. Os países da Ásia Central vendem 21% para a China, que triplicou as suas aquisições nos últimos 5 anos (o Irão é o 13º fornecedor da China). A inconstância de posições reflete a complexidade da situação.

A China não quer perturbar as relações com Washington, contemporaneamente pretende usar a alavanca iraniana para obter mais concessões, não quer tornar-se também exposta a um país objetivamente perigoso e arriscar a guerra como o Irão. Numa tabela complexa negocia separadamente com todos. Os seus objetivos são articulados, mas nítidos na sua direção: a protecção dos interesses nacionais. Por agora parece alcançá-los, ainda que num contexto de incerteza e instabilidade.

Difícilmente China está aprendendo que ser a segunda maior economia e o maior exportador a obriga a complexos compromissos internacionais que não podem ser simplesmente resumidos no consumido slogan da não-interferência.

*Presidente de Osservatorio Asia